

# O diálogo democrático

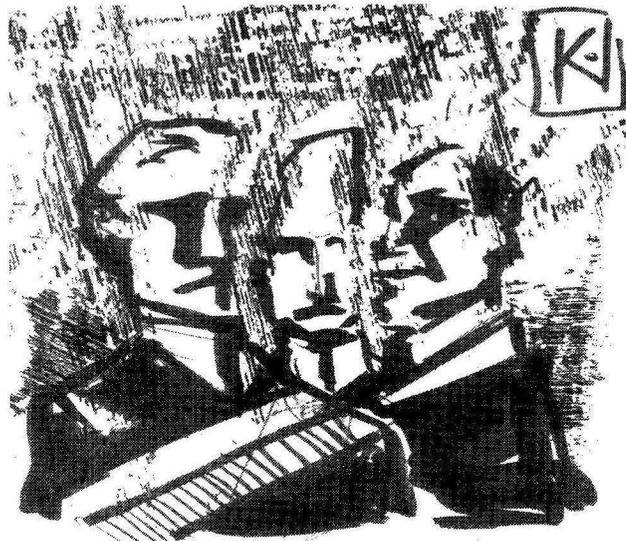
Josaphat Marinho

CORREIO BRAZILIENSE

A imprensa reproduziu declaração do presidente da República aceitando examinar com as forças de oposição problemas sobre a reforma tributária. Acrescentou o noticiário que o chefe do governo teria acentuado que o diálogo não se estabelecera antes pela irredutibilidade de oposicionistas. Seria desnecessária a alegação desse pormenor, mesmo se indiscutível, diante da possibilidade aberta de entendimento. Quando se instaura o clima democrático da discussão de uma matéria, é a esperança, e não o obstáculo, que merece relevo.

Tanto mais porque a permuta de idéias e de informações, entre personalidades de posições diferentes ou contrapostas, é prática normal no regime democrático. O objetivo não corresponde, necessariamente, a um acordo ou composição, mas a conhecimento, por uns e outros, de fatos e juízos importantes a uma solução de interesse público. Não há vantagens que considerar, mas decisões que definir.

A sociedade e ao Estado aproveitam o que é certo, e não o que convém aos debatedores. Se se estabelece um consenso, fortalece-se a decisão de alcance geral. Esta, porém, não pode ser prejudicada em busca de unanimidade. Vale mais a concordância discutida, espontânea, que o assentimento formal ou forçado. Fundamental, por isso, é a clareza de atitude na conversação, geradora de confiança, e o resguardo dos assuntos tratados, no interesse do Estado. Em certas situações, dispensa-se até o trato prévio de determinadas matérias, para evitar constrangimento. A comunicação posterior, em forma adequada, é prova de correção. Na Segunda Grande Guerra, quando foi



reconhecida a conveniência de pôr a pique uma parte da esquadra francesa, para que dela não se apropriasse o nazi-facismo, esclarece Churchill que não consultou De Gaulle. Informa, porém, que, ao lhe dar a notícia, o General "teve uma postura magnífica, e a França, uma vez liberta e resgatada, ratificou sua conduta". A compreensão lúcida equivaliu à comunicação sóbria. É que a seriedade no proceder supera formalidades.

No trato comum da política, o entendimento é produtivo na medida da clareza de atitude dos interlocutores, respeitados compromissos legítimos com aliados. Impõe-se substituir a "habilidade" pela retidão, sem espírito de inocência. Embora o jogo político se desdobre, naturalmente, em torno do poder, é possível enfrentá-lo, sem ingenuidade, na base de idéias, visando a boas soluções. Os que imaginam vencer sempre por movimentos fáceis, acabam enrolados nas suas facilidades. Fatos recentes assim o têm demonstrado. A vigilância crescente da opinião pública exige, cada dia, mais rigor na direção dos negócios públicos, e condena e inibe barganhas de corrilhos.

O diálogo entre o governo e forças independentes, portanto, não envolvendo concessões de interesses pessoais ou de grupos, nem violando acordos corretos antes assentados, é útil ao Estado. A presença de forças independentes, no exame dos problemas, pode propiciar à administração novos subsídios, que talvez sem elas não fossem conhecidos. Não é por outras razões que nos Estados Unidos, em face de situações delicadas, o presidente da República, espontaneamente,

convoca a audiência os líderes dos dois principais partidos. Torna, assim, como chefe de Estado, corresponsável em soluções básicas o partido sem compromisso de apoio ao governo. Os deveres com a Nação vinculam o partido contrário à política dominante, sem nenhuma desfiguração. Na Inglaterra parlamentarista, o partido derrotado na eleição perde a chefia do Gabinete, e, se não participa do novo Ministério, passa a integrar a "oposição de sua Majestade". Tal situação, evidentemente, confere ao partido afastado do comando do poder uma posição no plano institucional. É lógico assim entender-se, visto que a minoria detém uma parcela da representação popular. A supremacia do vitorioso não exclui a influência do que detém, de qualquer modo, mandato da mesma fonte.

Essa forma de convívio político ainda tem o mérito de conduzir a que partidos adversos não se tratem no esforço de destruição recíproca, mas de afirmação de suas funções. O diálogo democrático civiliza a divergência.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia